



## **O TRABALHISMO BRASILEIRO EM REABILITAÇÃO: OS LIMITES EXPLICATIVOS DO POPULISMO**

*Brazilian Laborism in Rehabilitation: The Explanatory Limits of Populism*

**Itamá Winicius do Nascimento Silva<sup>1\*</sup>**

### **RESUMO**

Tomando como base as reflexões de autores como Reis (2007), Gomes (2001, 2005, 2014b) e Ferreira (2005), o presente artigo tem o objetivo de analisar o Trabalhismo Brasileiro como uma expressão da esquerda brasileira; fato não muito evidente dentro de uma literatura específica como Konder (2003) e Chacon (1981). Na verdade, tomo o termo esquerdas no plural tendo em vista a multiplicidade de projetos em torno deste campo político. Defendendo um projeto nacional-desenvolvimentista, os trabalhistas dos anos 1930 até os anos 1960 desenvolveram características como o nacionalismo, o estatismo, o reformismo e o anti-imperialismo. Tais características, dentro da realidade brasileira marcada por um capitalismo dependente, pode ser considerada como um projeto político de esquerda. Dentro de um arcabouço metodológico baseado na pesquisa teórica, reflito sobre uma experiência política com intensa atuação no passado e consequentes repercussões no presente. Sendo assim, me distancio de abordagens sociológicas e historiográficas que não consideraram e/ou ocultaram os trabalhistas como parte integrante das esquerdas brasileiras, limitando o fenômeno a mera manipulação de tipo populista. Entre esses autores, destacarei Weffort (2003). Para a realização dos objetivos expostos, tomo como base a atuação do antigo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e seus principais líderes (Getúlio Vargas, João Goulart e Leonel Brizola).

**Palavras-chave:** Trabalhismo; populismo; esquerdas; desenvolvimentismo.

### **ABSTRACT**

Based on the reflections of authors such as Reis (2007), Gomes (2001, 2005, 2014b) and Jorge Ferreira (2005), this article aims to analyze Brazilian Laborism as an expression of the Brazilian left; a fact not very evident within specific literature such as Konder (2003) and Chacon (1981). In fact, I use the term left in the plural in view of the multiplicity of projects surrounding this political field. Defending a national-developmental project, the Labor movement from the 1930s to the 1960s developed characteristics such as nationalism, statism, reformism and anti-imperialism. Such characteristics, within the Brazilian reality marked by dependent capitalism, can be considered as a left-wing political project. Within a methodological framework based on theoretical research, I

---

<sup>1\*</sup> Universidade Federal de Pernambuco. Doutorado pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGS/UFPE). Graduado em Ciências Sociais (UFPE) e História (UNINTER). Mestre em Sociologia (PPGS/UFPE). E-mail: [itama.nascimento@ufpe.br](mailto:itama.nascimento@ufpe.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1865-5171>.

reflect on a political experience with intense influence in the past and consequent repercussions in the present. Therefore, I distance myself from historiographical approaches that did not consider and/or hid the Labor Party as an integral part of the Brazilian left, limiting the phenomenon to mere populist manipulation. Among these authors, I will highlight Weffort (2003). To achieve the objectives set out above, I take as a basis the actions of the former Brazilian Labor Party (PTB) and its main leaders (Getúlio Vargas, João Goulart e Leonel Brizola).

**Keywords:** Labourism; populism; left; developmentalism.

## 1. INTRODUÇÃO

Diante da análise sócio-histórica do Trabalhismo Brasileiro, é necessário enunciar um importante ponto que diz respeito às fases e/ou correntes dessa cultura política. Segundo autores como Bandeira (1985) e Bodea (1992), o Trabalhismo foi desenvolvido no Brasil de forma heterogênea. Bodea, por exemplo, expôs a existência de três correntes trabalhistas que conviveram dentro do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), sendo elas: a Pragmática-getulista, a Sindicalista e a Doutrinário-pasqualinista. A corrente Pragmática-getulista, como demonstra seu nome, teve seu desenvolvimento em torno de Getúlio Vargas e sua atuação remonta à Revolução de 1930. Tal segmento, integrado por personalidades como Vargas e João Goulart, teve dimensão nacional e hegemonizou as estruturas do PTB. Por outro lado, o viés Sindicalista foi responsável pelos impulsos iniciais que deram origem ao PTB e seus representantes, que tiveram papel importante no desenvolvimento de movimentos como o Queremista<sup>2</sup>, foram lideranças sindicais formadas durante o Estado Novo. Por último, há a corrente Doutrinário-pasqualinista, representada ideologicamente pelo sociólogo Alberto Pasqualini. Leonel Brizola foi uma das figuras políticas que se aproximaram dessa corrente, considerada a mais radical do partido.

Da fundação do PTB, datada de maio de 1945 até agosto de 1954, é possível afirmar que o Trabalhismo Brasileiro reunido no PTB foi hegemonizado pelo Getulismo, considerado como a primeira fase desta cultura política. Com origem em 1930, e mudanças significativas a partir de 1942, como bem analisa Gomes (2005), o Getulismo contribuiu com a fundação do PTB, além de ser considerado o representante político-partidário do Trabalhismo Brasileiro após o fim do Estado Novo. A Carta-Testamento de Vargas, importante documento histórico, marcou uma nova

---

<sup>2</sup> O Queremismo foi um movimento político em 1945 que se configurou, inicialmente, pela defesa da manutenção de Getúlio Vargas na Presidência da República. Diante da adversidade da conjuntura política, em que o Estado Novo se encontrava desgastado, o movimento passou do lema “Queremos Getúlio” para o “Constituinte com Getúlio”. Ou seja, se passava a aceitar a deposição de Vargas, mas com ele sendo figura central na articulação da nova Constituição. Segundo Macedo, podemos assim definir esse movimento: “O queremismo foi, portanto, uma resposta popular à situação de ameaça criada pela possibilidade de um processo de transição sem o controle de Vargas. Havia o medo de perder as leis trabalhistas e a cidadania social alcançadas com aquele governo” (Macedo, 2013, p. 162).

fase do Trabalhismo Brasileiro que passou a ser representado nacionalmente pelo ex- Ministro do Trabalho, João Goulart, conhecido popularmente como Jango. O Janguismo, discutido por Ferreira (2011), representou a segunda fase do Trabalhismo Brasileiro e demonstrou ser uma continuidade da corrente Pragmática-getulista. Principal herdeiro do capital político deixado por Vargas, o Janguismo teve seu desenvolvimento em um período no qual o PTB cresceu, sob o ponto de vista eleitoral. Ideologicamente, Jango deu continuidade ao pragmatismo político do Getulismo, mas com mudanças significativas inerentes a uma nova conjuntura nacional e internacional. Rompendo com as raízes autoritárias do Getulismo, originárias das origens castilhistas e reforçadas durante o período estado-novista, Jango combinou a Doutrina Social da Igreja Católica<sup>3</sup> com o nacionalismo varguista.

Entretanto, ao mesmo tempo que alcança o poder, após a renúncia de Jânio Quadros, Jango precisou conviver internamente com a presença de uma outra corrente do Trabalhismo Brasileiro: o Brizolismo (próximo da corrente Doutrinário-pasqualinista), fenômeno que despontou nacionalmente após o sucesso da Campanha da Legalidade<sup>4</sup>, uma mobilização civil-militar, ocorrida em 1961, que continuou atuando na política nacional após o fim da Ditadura Militar sob o nome de “Novo Trabalhismo”, fenômeno analisado por autores como Batistella (2013) e Costa (2011). Por fim, mais que analisar e admitir as diferenças entre essas correntes, pretendo mostrar que suas respectivas lideranças, cada uma a sua maneira, dentro de conjunturas diferentes, ajudaram a desenvolver uma cultura política de cunho popular e progressista no Brasil, baseada em características como o nacionalismo, o estatismo, o reformismo e o anti-imperialismo.

---

<sup>3</sup> A Doutrina Social da Igreja Católica foi uma resposta da instituição, entre o fim do Século XIX e início do XX, as mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais que passava o mundo naquela conjuntura. O desenvolvimento expressivo do capitalismo industrial (e suas contradições) junto com a ascensão do movimento comunista internacional, gerou na Igreja Católica uma preocupação em estabelecer um diálogo com a classe trabalhadora que passava por uma ativa atuação política junto a partidos políticos e sindicatos. Como bem demonstra Bastos: “o Papa Leão XIII priorizou a questão social, focando as relações de exploração dos operários pela burguesia industrial, sob égide do liberalismo, visto por Roma como individualista e anti-cristão” (BASTOS, 2008, p. 15). Sua consequência foi o desenvolvimento da Teologia da Libertação na América Latina entre os anos 1950 e 1960. No Brasil, esses setores abrangeram instituições como a Ação Católica (AC), a Juventude Agrária Católica (JAC), a Juventude Estudantil Católica (JEC), a Juventude Operária Católica (JOC) etc. João Goulart (católico) foi bastante influenciado por esse ideal. Bastos (2008) analisa, em sua dissertação, a relação entre a Doutrina Social da Igreja Católica e o Governo Jango, focando no tema da reforma agrária.

<sup>4</sup> A Campanha da Legalidade foi um movimento cívico-militar, iniciado no Rio Grande do Sul, que lutou pela posse de João Goulart à Presidência da República. O movimento, liderado por Leonel Brizola, enfrentou setores militares golpistas que em 1964 acabaram saindo vitoriosos. Sobre o legado deste movimento e seu líder, podemos afirmar o seguinte: “A democracia revolucionária, enterrada pela burguesia europeia em 1848, revivia, aquele instante, no Rio Grande do Sul. Só um filho do povo, que nunca renegou suas origens, podia armar o povo. Desde a Revolução Mexicana, na segunda década do Século XX, nenhum outro político latino-americano, dentro de uma sociedade burguesa, ousou tomar semelhante iniciativa. Esse gesto jacobino de Brizola as classes dominantes nunca perdoaram. E era um gesto que, em última instância, visava a defender a própria legalidade burguesa” (BANDEIRA, 1979, p. 81).

Dessa forma, estariam inseridas dentro do que denomino como esquerdas no Brasil. Como uma variante e/ou corrente política das esquerdas, o Trabalhismo Brasileiro se ancorou num projeto nacional-desenvolvimentista que reuniu as características mencionadas acima. Tais características mostram um teor combativo e crítico dessa corrente política. Ao considerar esta perspectiva, me afasto de abordagens sociológicas e historiográficas que reduzem os trabalhistas a meros populistas manipuladores. A experiência trabalhista no Brasil é assim abordada por autores como Weffort (2003) e Ianni (1968). Na próxima seção, darei um foco maior nas reflexões de Francisco Weffort sobre o Trabalhismo Brasileiro.

As duas primeiras características são atreladas ao Trabalhismo Brasileiro por diversos autores, como Bastos e Fonseca (2012). A tradição nacional-desenvolvimentista, analisa por Souza e Campos (2021), coloca os governos trabalhistas de Vargas e Jango como parte de sua trajetória. Já o lado reformista do Trabalhismo Brasileiro, pode ser visto nas reflexões de Bandeira (1985) e Ribeiro (2001a). Segundo Bandeira, “o aguçamento da contradição anti-imperialista, contribui para afirmar o PTB na direção da esquerda, como um partido de reformas populares, não populista” (1985, p. 22). Por último, o anti-imperialismo, ligado tradicionalmente aos movimentos de libertação nacional de matriz marxista, pode ser observado no Trabalhismo Brasileiro a partir de seus conflitos com os EUA, analisados por Bandeira (2011) e Araújo e Alonso (2018).

Araújo e Alonso, por exemplo, ao analisarem os conflitos entre EUA e países latino-americanos, perceberam que o anti-imperialismo enquanto fenômeno político não se restringiu a movimentos de influência marxista e poderia ser visto “mesmo na atuação política de dissidências oriundas do próprio campo oligárquico, como foram os casos de Madero no México, Irigoyen na Argentina ou Vargas no Brasil” (2018, p. 156). Diante de tais discussões, divido o presente artigo em duas partes integradas. Na primeira, discuto algumas razões que fizeram o Trabalhismo Brasileiro ser excluído de um debate sobre as esquerdas brasileiras principalmente por conta de um conceito que obscureceu o fenômeno: o conceito de populismo. Já na segunda parte, analiso pontos do projeto nacional-desenvolvimentista que permite a integração dos trabalhistas como corrente política de esquerda. Por fim, encerro com as considerações finais.

## **2. TRABALHISTAS OU POPULISTAS? A EXCLUSÃO<sup>5</sup> DE UMA CORRENTE**

---

<sup>5</sup> A palavra exclusão parte da concepção de que a tradição trabalhista, seja na literatura especializada ou no cotidiano de muitas organizações políticas, muitas vezes não é associada claramente ao espectro político de esquerda. Sua principal figura política, Getúlio Vargas, é associada vasta e erroneamente ao Fascismo Italiano (principalmente durante o período estado-novista) mesmo que isso signifique desconsiderar suas influências como o Positivismo Comteano, o Castilhismo e até autores como Saint-Simon (vinculado historicamente ao Socialismo Utópico). Sobre esses pontos levantados, vale

Sobre o Trabalhismo Brasileiro, vale lembrar que suas origens históricas remontam de um período anterior a 1930. Segundo argumenta Reis (2007), a tradição trabalhista tem origem nos movimentos sindicais, do início do século XX, chamados pejorativamente por anarquistas e comunistas de “amarelos”. Os amarelos, no decorrer dos anos, passaram a ser chamados popularmente de pelegos, outro termo pejorativo para se referir aos trabalhistas. Tal corrente teve relevante atuação no Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, apresentando uma forma difusa em outros estados. Como analisa Batalha (2000), o que unia essa corrente era a influência positivista sobre suas ideias e ações.

Ela chega ao poder, ou pelo menos passaram a ocupar importantes postos no aparelho estatal, a partir de 1930, por meio do bem-sucedido movimento civil-militar liderado por Vargas. Com a ascensão de Vargas, em outubro de 1930, a questão social tratada durante toda a Primeira República, ou República Velha, como uma questão policial, passou a ser encarada com seriedade pelo Estado. Ainda em janeiro de 1930, em um discurso pronunciado na Esplanada do Castelo, Vargas assim tratou o assunto: “Não se pode negar a existência da questão social no Brasil, como um dos problemas que terão de ser encarados com seriedade pelos poderes públicos” (RIBEIRO, 2001a, p. 62). Partindo desta conjuntura, os chamados amarelos se desenvolvem e passam a ser conhecidos como trabalhistas a partir da fundação do PTB, em 1945. De outubro de 1930 a maio de 1945 (quando o PTB foi fundado), a tradição trabalhista passou por um expressivo desenvolvimento, intensificado em 1942. A respeito da representatividade deste ano, Gomes (2005) defende a tese de que ocorreu um “segundo movimento” no Estado Novo, ditadura instaurada por Vargas em 1937.

---

a menção a trabalhos como Bosi (1992). Ainda sobre a vinculação entre Getúlio Vargas e o Fascismo Italiano, um dos autores que alimentaram tal interpretação foi o historiador Fausto (1982). Ele chega a creditar uma fala de Vargas (enquanto Governador do Rio Grande do Sul) em que ele assumiu sua simpatia pela experiência fascista. Entretanto, Fausto não traz nenhuma fonte de citação desse suposto discurso. A ausência dessa fonte é bem observada por Bandeira (1985). A Carta del Lavoro é outro ponto mencionado como possível aproximação entre Vargas e o Fascismo Italiano. Supostamente o documento teria influenciado a construção do Conjunto de Leis Trabalhistas (CLT), vigente no país desde 1943. Entretanto, se desconsidera a atuação de socialistas na construção da CLT como Evaristo de Moraes, Joaquim Pimenta, Agripino Nazareth e Francisco Alexandre, tudo bem documentado e analisado por Bandeira (1985), Mendonça (2007), Barros (2007) e Ribeiro (2001a). Por outro lado, livros clássicos sobre a história da esquerda brasileira, como o organizado por Konder (2003), não incluem a tradição trabalhista como parte da história das esquerdas no Brasil. Já em Chacon (1981) aparece menções a tradição trabalhista, porém, apenas vinculadas ao sociólogo Alberto Pasqualini. Quando o assunto são as principais lideranças políticas do Trabalhismo Brasileiro, existe certa hesitação. Apesar de admitir que Vargas morre próximo do campo político da esquerda, Chacon afirma: “Vargas era demasiado bailarino para filiar-se por completo a qualquer escola” (1981, p. 243). A tradição trabalhista só surge claramente como corrente política de esquerda em obras organizadas por intelectuais que dão base a este artigo. São intelectuais vinculados a uma interpretação crítica do conceito de populismo e que por isso conseguem enxergar o Trabalhismo Brasileiro para além do elemento populista manipulatório. Vale mencionar as obras organizadas por Ferreira e Reis (2007a e 2007b). Por último, o discurso de que o PTB foi criado em 1945 como simples reação ao movimento comunista é outra forma de desmerecer a tradição trabalhista. Se exclui a possibilidade de autonomia dos trabalhistas, suas influências (como o Trabalhismo Inglês) e formulações políticas e teóricas (inclusive com participação ativa do Alberto Pasqualini, mencionado acima). Sobre os mitos envolvendo a fundação do PTB, vale a leitura de Gomes e D’Araújo (2021).

Se no “primeiro movimento”, representado pelas gestões de Agamenon Magalhães e Waldemar Falcão no Ministério do Trabalho, a ditadura varguista concentrou suas ações na repressão aos criados inimigos internos, como os comunistas, o “segundo movimento”, datado a partir da chegada de Marcondes Filho ao Ministério do Trabalho, em 1942, buscou, de acordo com Gomes (2005, p. 186): “abrir mão de um regime autoritário, sem abrir mão das posições de poder então detidas por seus mentores. Para tanto, era preciso garantir a condução do processo de “saída” do próprio autoritarismo”. Em tal condução, passou a ser necessária a criação e desenvolvimento de novas ideias que combinasse com a ordem democrática que se aproximava. A observação de que o Estado Novo não teria vida longa, graças aos ventos democráticos que soavam da Europa em fim de guerra, foi essencial na transformação do regime. No entanto, como se daria a criação dessas novas ideias? Segundo Gomes (2005, p. 187), “de uma forma sintética pode-se dizer que o principal objetivo visado era o estreitamento dos laços entre Estado e movimento operário, via representação sindical”.

A nova cultura política, formada a partir de 1942, desembocou na fundação do PTB, período no qual os amarelos e/ou pelegos foram finalmente batizados de trabalhistas. Sendo assim, o Trabalhismo Brasileiro enquanto termo e cultura política popular foi resultado de um desenvolvimento histórico que remonta do início do século XX, passando pela ascensão de Vargas, em 1930, e o “segundo movimento” visto no Estado Novo, a partir de 1942. Dentro do novo partido ocorreu o que, segundo Bandeira (1985), pode ser considerado como as três fases do Trabalhismo Brasileiro: o Getulismo, o Janguismo e o Brizolismo. Tais fases, representadas nominalmente por lideranças carismáticas gaúchas, evidenciam a relevância desses líderes no desenvolvimento do Trabalhismo Brasileiro.

Sobre a interpretação da teoria clássica do Populismo com relação ao líder populista e/ou carismático, Debert afirma que para esses autores “o líder populista não aparece como um verdadeiro político, mas, sobretudo, como um aproveitador da ignorância popular” (1979, p. 1). Ao contrário do proposto pela teoria clássica do Populismo, uma das principais hipóteses deste artigo é que essas lideranças representaram um projeto político que foi chamado por Reis (2007) de projeto nacional-desenvolvimentista, representando uma das correntes das esquerdas no Brasil. Os princípios responsáveis por unir as três fases anteriormente discutidas tornam o projeto nacional-desenvolvimentista uma corrente das esquerdas brasileiras. Sobre as ambições desse projeto, é possível perceber que:

O programa nacional-desenvolvimentista era extremamente ambicioso [...] Havia um projeto desenvolvimentista, industrializante, na

perspectiva de conquistar a autonomia nacional no cenário das relações internacionais, fazendo com que o país conseguisse superar a condição de apêndice, produtor exclusivo de produtos primários e comprador de manufaturas, criando condições para alcançar a almejada segunda independência (Reis, 2007, p. 94).

Dentro do debate sobre tal conceito, este trabalho objetiva contribuir com reflexões desenvolvidas por um conjunto de cientistas sociais, reunidos na Universidade Federal Fluminense (UFF), dentre os quais é possível citar: Angela de Castro Gomes, Jorge Ferreira e Daniel Aarão Reis. Como demonstra Batistella (2020), tais intelectuais fizeram parte de um grupo cujas formulações teóricas criticaram e abandonaram o conceito de Populismo no tocante à análise do período de 1930 a 1964. Formados entre os anos de 1970 e 1980, esses autores buscaram debater, sob influência das ideias do historiador Edward Thompson, temas como o autoritarismo e a cidadania no Brasil. Por meio das influências thompsonianas, criticaram a teoria clássica do Populismo com seu “viés estruturalista presente na teoria da modernização, a ideia de manipulação de uma massa passiva e sem consciência, a amplificação da propaganda política nas mentes das massas etc” (Batistella, 2020, p. 11).

No entanto, as influências thompsonianas permitiram que os estudiosos dessem foco especial à agência da classe trabalhadora na construção do projeto nacional-desenvolvimentista. Seria a chamada “*history from below*” (história vista de baixo) em que “homens e mulheres retornam como sujeitos, dentro deste termo [experiência] – não como sujeitos autônomos, “indivíduos livres”, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações [...] e em seguida [...] agem, por sua vez, sobre sua situação determinada” (Thompson, 1981, p. 182 *apud* Batistella, 2020, p. 9-10). Além disso, Ferreira (2005), ao analisar o imaginário trabalhista, entre 1945 e 1964, desfoca as grandes lideranças e prioriza as vivências e experiências políticas de trabalhadores e eleitores do PTB. Apesar de endossar a perspectiva que foca nos “de baixo”, procuro contribuir com uma análise das grandes lideranças, visando debater os limites da teoria clássica do Populismo no tocante à função manipulatória do líder carismático e/ou populista frente às massas manipuláveis.

Dentro desse debate o conceito de Pacto Trabalhista é um importante contraponto ao Consenso Populista, já que recusa “a ideia de uma classe trabalhadora essencialmente boa, mas passiva ou sem uma ‘verdadeira consciência’”, abarcando um “complexo conjunto de interesses e crenças, do qual participavam, de forma ativa, também os trabalhadores” (Gomes, 2014b, p. 28). O conceito de Pacto Trabalhista auxilia no entendimento de uma classe trabalhadora não

manipulável, assim como pode contribuir com a reflexão de que as lideranças trabalhistas não foram meramente manipuladoras e enganadoras. Junto ao conceito de Pacto Trabalhista, aproximando-se de formulações antropológicas defendidas por Gomes (2005), o clássico debate em torno do Estado/trabalhadores é visto por meio da relação dar/receber/retribuir de Mauss (2017).

Com isso, “receber benefícios é um direito, mas é igualmente um dever. Por este motivo, o Estado precisava não só doar, como criar a obrigação de receber” (Gomes, 2005, p. 228). Diferente da mera manipulação, “a dinâmica do dar-receber-contribuir institui uma relação de (re)conhecimento” em que o líder trabalhista valorizava a questão social em seu projeto político “porque conhecia e reconhecia o “seu” povo. Ele desejava que este povo progredisse socialmente” (GOMES, 2005, p. 230). Logo, diferente do Consenso Populista, termo cunhado por French (1995), que enxerga na manipulação uma caracterização da relação Estado/trabalhadores, essa perspectiva admite uma relação complexa e contraditória em que Estado e classe trabalhadora são considerados agentes ativos que influenciam e são, ao mesmo tempo, influenciados.

Com base em Gomes (2001), o conceito de Populismo no Brasil tem origem no chamado Grupo de Itatiaia, bastante influenciado pelas ideias de Gino Germani e Torcuato di Tella e vinculado à criação do Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP). De acordo com argumentos de Gomes (2001), os dois autores conceituaram o Populismo como sendo “uma política de massas, vale dizer, é um fenômeno vinculado à proletarianização dos trabalhadores na sociedade complexa moderna, sendo indicativo de que tais trabalhadores não adquiriram consciência e sentimento de classe”, junto a isso temos “uma certa conformação da classe dirigente, que perdeu sua representatividade e poder de exemplaridade” que resulta no “surgimento do líder populista, do homem carregado de carisma, capaz de mobilizar as massas e empolgar o poder” (Gomes, 2001, p. 24-25).

Partindo desta perspectiva, segundo Ferreira (2019, p. 2), ambos os autores “desenvolveram o entendimento de que o populismo seria uma etapa do desenvolvimento político das sociedades latino-americanas, tipicamente ocorrido em Estados cujo nível de compreensão sobre a política era muito baixo”. Assim sendo, o Populismo em Germani e di Tella apresenta três características gerais: um proletariado sem consciência de classe; uma classe dirigente em crise de hegemonia; um líder carismático a serviço dessa classe dirigente.

Além do Grupo de Itatiaia, Weffort e Ianni também receberam influência desses autores,

adotando as características gerais em suas formulações sobre o Populismo. Weffort, por exemplo, esteve ligado ao que Batistella chamou de teoria do desvio e do cupulismo. Aquela “baseia-se em uma visão teleológica do marxismo de que a classe operária, ao tomar consciência de classe, teria um caminho natural a seguir (a revolução proletária)” (Batistella, 2020, p. 6). Porém, a “política populista” (Batistella, 2012), por meio do tripé repressão, manipulação e cooptação, teria incapacitado os trabalhadores de desenvolverem uma consciência de classe autônoma. Já no cupulismo, “os trabalhadores seriam reféns da política ditada pelas suas lideranças” (Costa, 1999, p. 90). Nesta perspectiva, o cupulismo seria responsável pelo sucesso da política populista dentro do movimento operário, colocando os trabalhadores alinhados aos interesses de líderes carismáticos, manipuladores e sindicalistas pelegos.

Dentre os vários escritos de Weffort sobre o tema, destaco a obra *O populismo na política brasileira* (2003), lançada em 1978, que reuniu artigos revisados do autor dos anos 1960. Sua escolha é justificada não só pela relevância no debate sobre a emergência das massas populares no Brasil, como também por oferecer uma visão definitiva e desenvolvida do autor sobre a temática. É nesta obra que, além de enxergar o Populismo como um estilo de governo e uma política de massas que utiliza do tripé “repressão, manipulação e satisfação”, ele solidifica o chamado Consenso Populista, formado pela conjugação da repressão estatal com a manipulação política das massas. Segundo essa conjugação, “os trabalhadores, a partir de cálculos utilitários sobre suas perdas e ganhos, trocaram benefícios do acesso aos direitos sociais pela submissão política” (Ferreira, 1997, p. 15).

Diante disso, os aspectos institucionais do Estado se sobrepõem à autonomia de classe. Tem-se, então, um cenário bipolar marcado por grandes massas manipuláveis, lideranças populistas manipuladoras e detentoras de um poder superestimado sobre os trabalhadores. O período entre 1930 e 1964, é marcado pela manipulação, repressão e satisfação populista, abandonando a possibilidade da existência de um projeto político mais ambicioso. A figura política e intelectual de Weffort é bastante interessante para discutir as limitações explicativas do conceito de Populismo com relação ao Trabalhismo Brasileiro. Segundo Vasconcellos, “Weffort é a interface do PT e do PSDB no ódio ao vargojangobrizolismo<sup>6</sup>” (2005, p. 18). Um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT), onde ficou até 1994 e saiu direto para o cargo de

---

<sup>6</sup> O termo foi usado pelo sociólogo Gilberto Felisberto Vasconcellos, no livro *A Jangada do Sul*, e é utilizado para designar o legado político trabalhista encarnado politicamente na atuação dessas três lideranças. Segundo o autor: “O trabalhismo vargojangobrizolista está convencido de que a massa oprimida e marginal, vagando desocupada pelas cidades, só pode ser incorporada socialmente com emprego mediante o fim do latifúndio e uma política antiimperialista” (2005, p. 29).

Ministro da Cultura do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), Weffort teve um papel importante na construção ideológica do partido que viria conquistar a hegemonia política da esquerda brasileira a partir do processo de redemocratização. Vale lembrar que Weffort foi um dos fundadores da Fundação Wilson Pinheiro, antecessora da atual Fundação Perseu Abramo. As duas com o mesmo objetivo: ser uma estrutura política, cultural e intelectual do novo partido que surgia.

Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP), Weffort tem o conceito de Populismo como uma de suas principais (quicá a principal) formulações teóricas. Ao ler seus escritos, especialmente o já citado *O populismo na política brasileira* (2003), o autor comete diversas imprecisões e causa a sensação que Trabalhismo Brasileiro e Populismo como sinônimos. Inclusive, misturando figuras políticas como Getúlio Vargas, João Goulart, Leonel Brizola, Miguel Arraes, Adhemar de Barros e Jânio Quadros no mesmo conceito. E qual o problema deste movimento teórico? O problema é que, ao tratar Trabalhismo Brasileiro e Populismo como sinônimos na esfera política, Weffort esvazia todo um projeto político ambicioso que previa: nacionalização dos setores estratégicos da economia; postura defensiva frente o capital estrangeiro; preocupação com a expansão da educação e saúde aos mais desfavorecidos; democratização do uso da terra etc. Pautas caras dentro da realidade brasileira e latino-americana.

Ele realiza essa mistura conceitual no texto *Políticas de Massas* de 1963 (modificado em 1965 e que compõe o capítulo 1 do livro mencionado acima) em que analisa a experiência trabalhista não com essa nomenclatura (utilizada pelos partidários do antigo PTB desde 1945), mas como “populistas” que teriam surgido após a combinação de três fatores: 1) massificação, causada pelo advento da classe trabalhadora na política nacional via processo de urbanização; 2) perda da representatividade dessa classe trabalhadora, agora dominada por manipuladores; 3) líder carismático, responsável direto por colocar em prática tal manipulação (Weffort, 2003, p. 26).

E se como Populismo entendemos um fenômeno político em que, liderado pelo Estado autoritário e centralizador, o líder carismático utiliza as massas para pacificá-las e assim garantir o *status quo* da classe dominante; logo a experiência trabalhista de 1930 a 1964 seria resumida a uma mera manipulação de uma massa amorfa e passiva. Segundo o próprio Weffort, assim ele interpreta o movimento iniciado em 1930:

O célebre slogan de Antônio Carlos em 1930 – “Façamos a revolução antes que o povo a faça” – constitui a divisa de todo o período histórico que se abre com aquele movimento e se encerra com o golpe de Estado de 1964.

Por força da clássica antecipação das “elites”, as massas populares permaneceram neste período (e permanecem ainda nos dias atuais) o parceiro-fantasma no jogo político (Weffort, 2003, p. 13).

Ou seja, toda a experiência histórica em que a classe trabalhadora brasileira vivenciou dois grandes partidos políticos (os pecebistas de viés revolucionário e os petebistas de viés reformista); a legislação trabalhista, via CLT; empresas estatais estratégicas, como Vale do Rio Doce, Eletrobrás e Petrobras; defesa nas ruas pelas reformas de base, com claro aguçamento da luta de classes; desenvolvimento de uma intelectualidade crítica e orgânica, via instituições como o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) é reduzida no termo “parceiro-fantasma” de um jogo político em que o tabuleiro seria organizado por um grande líder manipulador.

Ainda sobre o período histórico em discussão, Weffort continua afirmando que “É desnecessário aqui sobre a manifesta incapacidade de penetração popular dos partidos” (Weffort, 2003, p. 18), mesmo o Partido Comunista do Brasil (PCB)<sup>7</sup> tendo eleito um senador (Luis Carlos Prestes com mais de 157 mil votos) e várias bancadas Brasil afora nas eleições de 1945 e o PTB tendo saído de 22 deputados federais eleitos em 1945 para 116 em 1962 (Delgado, 2011). Da mesma forma que subestima os partidos políticos do período, mesmo que isso seja contrário aos números, Weffort realiza crítica semelhante aos sindicatos que na verdade mobilizaram “setores minoritários dos agrupamentos sociais” (Weffort, 2003, p. 19), desconsiderando a explosão de greves após 1945 e, principalmente, durante o Governo Jango. Como mostra Bandeira:

Nas principais cidades, principalmente São Paulo e Rio de Janeiro, as greves atingiram quase todos os setores da produção e categorias profissionais, envolvendo não só trabalhadores na indústria de petróleo e petroquímica, mas, também, telegrafistas, radiotelegrafistas, servidores do Estado e da Legião Brasileira de Assistência, ferroviários, carregadores e ensacadores de café, funcionários dos Institutos de Previdência Social, do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, Arsenal de Marinha, Light, serviço de gás etc. Ao longo de 1953 houve 50 greves no Rio de Janeiro. Só em 15 dias de janeiro de 1964 houve 17 (Bandeira, 1983, p. 154-55).

Esse cenário descrito foi observado nos grandes centros urbanos. No campo, a explosão se repetia, como afirma o autor:

E as greves não se restringiram às cidades. Alcançaram o campo. Em

---

<sup>7</sup> O Partido Comunista do Brasil foi fundado em 1922. Em 1962 o partido se divide entre o Partido Comunista do Brasil (PcdB), influenciado por ideias maoístas e que durante a Ditadura Militar foi protagonista da Guerrilha do Araguaia, e o Partido Comunista Brasileiro (PCB) que sob liderança de Luís Carlos Prestes, era bastante influenciado pela linha política do Partido Comunista da União Soviética (PCUS). Sobre a origem do partido em 1922, ver Zaidan (1980). Já sobre a atuação de Prestes, ver Prestes (2012).

novembro de 1963, 4 dos 200.000 trabalhadores agrícolas, que paralisaram os engenhos de açúcar do município do Jaboatão (Pernambuco), tomaram em tiroteio com a polícia. Em fevereiro, a greve se alastrou por todo o Estado e abrangeu 300.000 trabalhadores agrícolas, muitos dos quais, armados com paus, foices, peixeiras, velhas espingardas de caça e outros petrechos, interditaram as estradas de acesso aos engenhos e às usinas, lançando sobre elas tambores de óleo (Bandeira, 1983, p. 155).

Como podemos perceber, as principais teses de Weffort sobre o período histórico em questão não se sustentam após uma breve análise mais acurada. Porém, finalizando a discussão, segue sua avaliação sobre o balanço político do Populismo (sinônimo de Trabalhismo Brasileiro): “Se nos lembrarmos que desde 1950, com o governo Vargas, o nacionalismo vem se tornando uma espécie de ideologia oficial, constataremos, com surpresa, que seu único resultado de vulto é o monopólio estatal do petróleo” (Weffort, 2003, p. 41). Weffort esquece que a própria vitória eleitoral de Vargas em 1950 já foi um “resultado de vulto” tendo em vista que já durante a campanha eleitoral um projeto nacionalista, reformista, estatista e anti-imperialista era ardorosamente defendido. Basta analisarmos os discursos durante a campanha e que não terei condições aqui de detalhar (Vargas, 2011). Para além da mera vitória eleitoral em 1950, podemos destacar pontos como a criação da Eletrobrás, as vitórias de João Goulart para a vice-presidência, a Campanha da Legalidade etc. Todas vitórias conjunturais que tiveram no nacionalismo de Vargas como propulsoras.

A partir dessa espinhosa discussão, defendo o papel ativo dessas lideranças trabalhistas (Vargas, Jango e Brizola) e seu partido político (o PTB), porém, não como reprodutoras de alienação, vista dentro de um ciclo de manipulação de “situações de massa” (Weffort, 1966, p. 156), mas como representantes de um projeto elaborado, ambicioso e hegemônico nas esquerdas, entre os anos de 1930 a 1964, onde “o programa de reformas de base então proposto constituiu a radicalização mais ousada do projeto nacional-desenvolvimentista” (Reis, 2007, p. 100). É um movimento de real reabilitação do legado trabalhista.

## **2.1. Trabalhismo Brasileiro como expressão das esquerdas**

Nesta segunda parte, analiso pontos do projeto nacional-desenvolvimentista que permite a integração dos trabalhistas como corrente política de esquerda. O nacional-desenvolvimentismo em que os trabalhistas se ancoraram tinha características gerais como o nacionalismo, o estatismo, o reformismo e o anti-imperialismo. Busco analisar, dentro dos limites de um artigo, como esses aspectos estiveram presentes na prática política do PTB e suas principais lideranças. De imediato,

podemos afirmar que os pontos nacionalismo, estatismo, reformismo e anti-imperialismo estão umbilicalmente ligados entre si. Dentro do projeto trabalhista, existiu um forte nacionalismo econômico observado em políticas como a criação de estatais (nacionalizando riquezas naturais do país, como o petróleo) e proteção do trabalhador brasileiro (fixação de direitos como o salário mínimo). Tais ações nacionalistas só poderiam ser executadas por uma instituição: o Estado. Surge então a união entre interesses nacionalistas e a figura do Estado, formando o nacional-estatismo, termo utilizado por Ferreira e Delgado (2007).

Segundo Lauerhass, esse processo teve início nos anos 1930 com Vargas e seus objetivos podem ser resumidos assim:

Em termos gerais, Vargas salientou a necessidade de uma legislação trabalhista e assistencial, destinada a proteger o proletariado, e da expansão do sistema de educação pública gratuita, que elevasse o nível moral, intelectual e econômico do povo, e promovesse a integração das populações rurais isoladas e dos imigrantes. Também se referiu à necessidade do desenvolvimento econômico, inclusive o melhoramento do sistema de comunicações e do aumento e diversificação da produção agrícola, assim como da exploração mais sistemática de outros recursos naturais – especialmente do carvão e do ferro, de grande importância para a segurança nacional, por serem indispensáveis para uma industrialização em larga escala (1986, p. 102).

Em suma, estamos diante de uma tentativa de formar um projeto de nação que viesse a incluir os trabalhadores sem rupturas revolucionárias de viés marxista. Tal projeto seria encabeçado pelo Estado, responsável por uma política econômica desenvolvimentista e consequentemente industrializante. Não por acaso, a partir de 1930 que o Brasil deu início a um pujante desenvolvimento industrial, responsável por uma diversificação econômica não observada durante a Primeira República. Se pegarmos o recorte de 1930 a 1945, o chamado primeiro Governo Vargas, é possível resumir esse desenvolvimento industrial pela criação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), da Vale do Rio Doce e o Conselho Nacional do Petróleo (CNP), todas elas criações do Estado brasileiro<sup>8</sup>. Entretanto, essa junção entre nacionalismo e estatismo também esteve presentes após 1945, tanto no segundo governo Vargas quanto no Janguismo e

---

<sup>8</sup> Na verdade, até mesmo antes de ser presidente do Brasil, Getúlio Vargas tinha alicerçada a ideia de um Estado indutor. Vale mencionar que a fundação do Banrisul, banco estatal do Rio Grande do Sul, remonta de 1928 quando Vargas era Presidente do Estado (termo utilizado naquela época para o atual cargo de Governador). Ao analisar a atuação de Vargas antes de 1930, afirmou Fonseca: “A análise das propostas e dos pronunciamentos de Vargas ao longo da Primeira República mostra traços de continuidade que lhe asseguram extrema coerência. Mesmo com mudanças de ênfase ou de enfoque, sua atuação sempre se pautou por uma visão crítica ao individualismo e ao liberalismo, apontando falhas na economia de mercado e propondo certo grau de intervenção estatal na economia, mesmo que admitisse regras da política econômica ortodoxa” (2012, p. 67).

Brizolismo.

A própria criação da Petrobras, consequência direta das ações do CNP, em outubro de 1953 é um exemplo dessa continuidade. Mesmo após o suicídio de Vargas, os trabalhistas permaneceram pondo em prática a ideia de um Estado indutor de uma política econômica nacionalista. No governo Jango isso fica claro com a criação de estatais estratégicas, como a Eletrobras. Além do estímulo ao desenvolvimento industrial autônomo, observado em ações como a que se segue:

As atenções do Governo de Goulart se voltaram, igualmente, para a indústria de bens de capital, cujo desenvolvimento a Instrução 113 prejudicava, provocando um *duping* no mercado nacional, ao possibilitar importações maciças de máquinas e equipamentos, sem cobertura cambial, pelas companhias estrangeiras. Esta política, vigente desde a gestão de Café Filho, e mantida na de Kubitschek, mudou. Através da Instrução 242, da SUMOC, o Governo de Goulart proibiu, terminantemente, o registro de financiamento estrangeiro para a importação de máquinas e equipamentos que a indústria nacional pudesse fabricar (Bandeira, 1983, p. 118).

O Janguismo repetiu, dentro de um novo contexto histórico e conjuntura política, a mesma política nacionalista sob interferência estatal observada em Vargas. Logo, é possível afirmar uma continuação que torna nacionalismo e estatismo características gerais do projeto trabalhista. Já o Brizolismo não fica atrás dentro dessa continuidade. Vale lembrar a nacionalização de empresas estrangeiras, a Bond & Share e a ITT, realizadas por Brizola enquanto Governador do Rio Grande do Sul. Ainda sobre Brizola e suas ações em solo gaúcho, vale mencionar:

No governo do Rio Grande do Sul, Brizola adotou política econômica desenvolvimentista. Recorrendo à tradição nacionalista e estatista inaugurada por Getúlio Vargas, ele fundou a Caixa Econômica Estadual, o Banco Regional de Desenvolvimento Econômico e empresas estatais em atividades estratégicas, como a Aços Finos Piratini e a Companhia Rio-Grandense de Telecomunicações. Construiu estradas, permitindo o escoamento da produção agropecuária das diversas regiões do estado para os portos (Ferreira, 2016, p. 24).

Seja ao nível nacional (casos de Vargas e Jango) ou estadual (caso do Brizola), pode-se observar uma linha de continuidade dessa característica geral que defendo. No caso, o nacionalismo e o estatismo, bases do projeto nacional-desenvolvimentista defendido pelos trabalhistas aglutinados no antigo PTB. E avançando na discussão, é possível afirmar que a implementação desses aspectos acarretarão nos outros dois pontos: o reformismo e o anti-imperialismo. O primeiro como uma consequência de uma política inclusiva sem rupturas

institucionais de cunho revolucionário e o segundo decorrente de uma reação contra os interesses dos EUA no país. Interesses que se opunham à construção do nacionalismo econômico capitaneado pelo Estado, mencionado e analisado acima. Resta agora verificar como, na prática, podemos observar os trabalhistas como reformistas e anti-imperialistas dentro do contexto histórico em discussão.

Começando pelo reformismo, o PTB se configurou como um partido político reformista já durante sua gênese. Fruto do capital político de Vargas e aglutinando sindicalistas com intensa atuação durante o período estado-novista, o PTB, segundo teses tradicionais e equivocadas<sup>9</sup>, se formou como uma tentativa de Vargas em conter o avanço dos comunistas. Por conta do prestígio da União Soviética no período do pós-guerra, os comunistas concentrados no PCB tiveram um crescimento no país, somando militantes do campo artístico ao sindicalista. Segundo Delgado (2011), o PCB sob liderança política de Luís Carlos Prestes, entre 1945 e 1947, passou de 5 mil para cerca de 180 mil militantes. Dentro desse crescimento, tivemos o seguinte cenário:

Diante desse quadro de crescimento do PCB e de deliberada vinculação do partido a Vargas, a estratégia de Getúlio foi desenvolvida com destacada habilidade. Em curto prazo, especialmente nos primeiros meses de 1945, período no qual se concretizou o processo de democratização, os comunistas poderiam lhe ser muito úteis. Em médio prazo, todavia, a situação poderia se modificar (Delgado, 2011, p. 45).

Essa “deliberada vinculação” do PCB a Vargas foi observada, principalmente, durante o movimento queremista<sup>10</sup>. Os comunistas pecebistas, diante de uma conjuntura de queda do Estado Novo, avaliaram que os opositores de Vargas (que viriam a derrubá-lo em outubro de 1945) representavam um retrocesso ao projeto getulista. Por isso decidiram, sob liderança de Prestes, apoiar momentaneamente Vargas<sup>11</sup>. Este seria responsável por uma transição política que levaria ao

---

<sup>9</sup> Para compreender sobre a formação do PTB, ler Gomes e D’Araújo (2021) e Delgado (2011). Especificamente sobre a interpretação que coloca a criação do PTB como resultado do avanço do movimento comunista, vale destacar: “O discurso anticomunista foi, portanto, elemento marcante nas justificativas doutrinárias e na prática política nas quais se embasou a formação do PTB. Torna-se necessário, no entanto, atentar para que não se destaque o anticomunismo como aspecto preponderante na criação do PTB, como único e principal móvel que teria levado à criação do Partido Trabalhista Brasileiro. Outros fatores de natureza conjuntural e também de corte corporativo – “abrangência de forças progressistas” – acoplaram e criaram condições reais para que os trabalhistas getulistas se empenhassem na fundação de um partido trabalhista, comprometido com as propostas políticas e sociais de Getúlio Vargas” (Delgado, 2011, p. 48).

<sup>10</sup> Sobre a participação dos comunistas no Queremismo, vale o seguinte acréscimo: “Os comunistas destacaram-se, por uma atuação marcante, no seio do movimento queremista. A presença dos militantes do PCB nesse movimento chegou, inclusive, a assustar setores sociais e partidos políticos mais conservadores. Esses setores não encaravam com bons olhos o crescimento organizado de um movimento que aceitava a participação de militantes que não tinham um compromisso real com Vargas e com a manutenção da ordem econômica e social capitalista dominante no país (Delgado, L. A. N. 2011, p. 53).

<sup>11</sup> Sobre a aliança momentânea entre Vargas e Prestes, vale a seguinte contextualização: “De fato, essa aproximação entre trabalhistas e comunistas sustentou-se em ações e objetivos exclusivamente de curto prazo. Os comunistas entendiam que a permanência de Vargas no poder sob nova roupagem poderia abrir espaço para sua participação no

fim da ditadura estado-novista, mas sem retrocessos aos direitos dos trabalhadores. Porém, consumada a queda de Vargas e a transição política para uma democracia, surge a decisão de formar um novo partido:

Já em uma segunda etapa, a posição de Getúlio tendeu a ser diferente. Após ter sido reconstituída a ordem política do país, ao Presidente e a seu projeto não interessava a implementação de qualquer ação que pudesse incentivar o crescimento de partidos políticos que não fossem a ele vinculados. O PCB fazia parte do grupo de partidos que não dependiam da liderança de Vargas. O Partido Comunista, portanto, não estava incluído no elenco de organizações e agremiações partidárias a serem estimuladas e apoiadas pelo esquema varguista. Getúlio, que sempre se manifestara contrário à teoria marxista, e que sempre pregara e procurara criar condições para se gerar um “processo de colaboração entre as classes sociais”, pouco tempo depois, desprezou o apoio do PCB e estimulou o desenvolvimento de um partido alternativo e diferenciado; no caso, o PTB (Delgado, 2011, p. 46).

Todavia, o PTB foi muito mais do que um partido político construído para barrar o crescimento do PCB. O partido se consolidou como uma força política reformista, propondo mudanças estruturais (como as Reformas de Base durante o Governo Jango, por exemplo) sem rupturas revolucionárias. Também desenvolveu uma cultura política própria e fundamentada em líderes como Vargas, Jango e Brizola. Mas também com intelectuais como San Tiago Dantas, Alberto Pasqualini e Josué de Castro. E essa força política reformista, apesar de não propor rupturas abruptas como os comunistas, incomodaram a classe dominante avessa a reformas estruturais que tocassem no capitalismo dependente brasileiro. Nesse sentido:

O PTB, construído com a argamassa da legislação social, sofreu a mesma incompreensão. As classes dominantes, grosso modo, nunca o admitiram, nem mesmo com a opção política dos trabalhadores, que formavam uma consciência de classe para si, ainda que não tomassem uma posição antagônica ao regime. Hostilizaram-no à medida em que ele se expressa como corrente do movimento operário, participando dos choques sociais. E a animosidade recrudesceu dada a ênfase com que o PTB defendeu a intervenção do Estado na economia, o que o incompatibiliza ainda mais com significativa parcela do empresariado (Bandeira, 1985, p. 21).

Esse reformismo baseado numa intervenção significativa do Estado na economia, leva a última característica do projeto nacional-desenvolvimentista: o anti-imperialismo. Isso porque, associada ao capital estrangeiro e principalmente norte-americano, como bem pontua Marini

---

bloco governamental e garantir-lhes a segurança da legalidade. Vargas, por sua vez, precisava ampliar, naquele contexto, sua base de apoio. Essa seria uma unidade precária de curto prazo, mas que poderia gerar resultados de longo prazo” (Delgado, 2011, p. 53).

(2017), o reformismo trabalhista incomodou as classes dominantes locais e seus associados no exterior. A conjuntura que levou ao suicídio de Vargas e ao golpe civil-militar em 1964 que depôs Jango, são exemplos de como essa classe dominante em aliança com aliados estrangeiros buscaram desestabilizar o país e impedir as reformas propostas pelo projeto nacional-desenvolvimentista. As disputas entre Brizola e as empresas nacionalizadas no Rio Grande do Sul, também são exemplos do conflito entre trabalhistas e capital estrangeiro.

No caso do segundo Governo Vargas, alguns pontos aceleraram a erosão das relações entre trabalhistas e os interesses estrangeiros no país. Entre esses pontos, podemos citar: a criação da Petrobras, a lei de remessa de lucros, o projeto que daria origem na Eletrobras e uma política externa independente. Num contexto de acirramento da Guerra Fria e expansão do capitalismo norte-americano na América Latina, processo esse denominado por Bambirra (2019) como Integração Monopólica Mundial, Vargas foi intensamente pressionado pelos EUA para executar no Brasil uma política econômica e externa alinhada aos interesses do bloco antagônico aos soviéticos. Diante disso, não aceitariam ações como a lei de remessa de lucros que limitava em 8% o capital efetivamente transferido do exterior para o Brasil. A mesma lei também impunha em no máximo 20% ao ano o retorno do capital investido pelas empresas estrangeiras.

Isso causou um desconforto entre Vargas (e o projeto nacional-desenvolvimentista que representava), o capital estrangeiro e seus associados nacionais. A reação imediata dos norte-americanos é descrita por Ribeiro da seguinte forma:

Ao tomar conhecimento do decreto, o subsecretário de Estado, Edward Miller, advertiu, em tom de ameaça, que os Estados Unidos poderiam suspender todos os seus financiamentos ao Brasil – o que, diga-se de passagem, não mudaria grande coisa, tal a insignificância desses financiamentos. O Conselho Americano de Câmaras de Comércio sugeriu praticamente a mesma coisa – a suspensão de todos os empréstimos ao Brasil (Ribeiro, 2001b, p. 112).

As estatais Petrobras e Eletrobras, também foram pontos de atrito entre os trabalhistas e esses interesses externos. Desde os anos 1930 tivemos várias empresas estrangeiras interessadas no petróleo brasileiro e a criação da Petrobras atrapalharia esses grupos. Entre essas empresas podemos citar a Standard Oil, porém, logo após assumir o governo em 1951 Vargas confiou ao economista Rômulo Almeida a missão de elaborar um projeto que criasse “uma empresa de economia mista, controlada pelo Estado e com viabilidade de empreender a tarefa sem o concurso do capital estrangeiro” (Bandeira, 2011, p. 50). Essa empresa seria a Petrobras, responsável por unir interesses nacionalistas de controle dos recursos naturais com controle estatal e confronto com

o imperialismo norte-americano.

Por último, a política externa independente (que também foi praticada por Jango e é uma outra característica dos trabalhistas) recusando, por exemplo, o envio de tropas para a Guerra da Coreia, foi outro ponto de atrito que evidencia o caráter anti-imperialista e não intervencionista do projeto nacional-desenvolvimentista defendido pelos trabalhistas. No caso específico de Jango, ele sofreu pressão norte-americana com relação aos conflitos em Cuba, país que os EUA tinha interesse em invadir e interferir. A recusa do Janguismo em se aventurar na empreitada do então presidente John Kennedy, foi uma das razões para a maior potência capitalista do mundo tensionar o país e sua economia. Afinal, a concepção de autodeterminação dos povos professada por Jango, onde “nunca reconhecemos a guerra como instrumento capaz de resolver conflitos entre nações” (Bandeira, 1983, p. 79), era considerada no calor da Guerra Fria como uma adesão tímida ao bloco socialista.

Além desses conflitos envolvendo política externa, temos a participação ativa dos EUA como apoiador e financiador de grupos opositores a Jango que viriam a derrubá-lo em 1964 por intermédio de um golpe civil-militar. As reformas de base defendidas por seu governo, representavam para os EUA o aguçamento de uma luta anti-imperialista que objetivava um desenvolvimento autônomo no Brasil. Convém mencionar os investimentos realizados por empresas norte-americanas a instituições promotoras do golpe civil-militar, como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), como bem demonstra Bandeira (1983) e Ferreira (2011). Além de Vargas e Jango, outra liderança trabalhista tinha um forte teor anti-imperialista: Brizola. Com mais radicalidade e altivez, o Brizolismo defendeu o projeto nacional-desenvolvimentista e suas ações em face dos interesses estrangeiros.

Tal radicalidade e altivez foi observada através da íntima relação entre Brizola e grupos marxistas como a Organização Revolucionária Marxista Política Operária (POLOP), além das ações concretas enquanto governador contra empresas norte-americanas. Sobre o primeiro ponto, Mattos assim analisa a relação entre brizolismo e POLOP:

Tal isolamento só não era completo porque a organização encontrava um canal de articulação com o grupo ligado ao ex-governador gaúcho Leonel Brizola. Para Theotônio dos Santos, a composição política da esquerda no período poderia ser dividida entre a “linha nacional-democrática e uma linha mais avançada, que o Brizola já expressava. Brizola estava mais inspirado na Revolução Cubana do que numa perspectiva nacional-democrática”. Por essa razão, a POLOP teria participado da articulação dos chamados “grupo dos onze”, propostas por Brizola como

forma de organização que se prepararia para a resistência ao golpe militar que se avaliava como iminente (Mattos, 2007, p. 207).

Essa aproximação entre Brizola e Cuba não era só ideia defendida por marxistas como Theotônio dos Santos. Jornais norte-americanos defendiam a mesma tese, comparando o brasileiro com o líder cubano Fidel Castro (Ferreira, 2011). Claro, uma forma de mostrar o suposto perigo que o governador responsável por desapropriar empresas estrangeiras representava. E sobre essas desapropriações, elas foram o ponto alto de conflito entre Brizola e os EUA, tendo repercutido inclusive sobre o governo Jango. As pressões dos EUA sobre Jango foram enormes e o objetivo era que revertisse o que Brizola tinha realizado em solo gaúcho. Para Douglas Dillon, secretário do Tesouro Americano, “considerou o fato mau exemplo para os demais países latino-americanos, pois, naquela época, nem mesmo Cuba, já sob o governo de Fidel Castro, havia adotado atitude semelhante” (Bandeira, 1979, p. 62). Tal conflito teve como consequência a seguinte percepção de Brizola:

Brizola espantou-se com o fato de que um simples ato administrativo de Estado-membro criasse um problema internacional. Foi aí que despertou para o que ele passou a designar como processo espoliativo que não só o Rio Grande do Sul como o próprio Brasil sofriam por parte das corporações internacionais, protegidas pelos governos de seus países de origem. Consolidou-se então sua consciência anti-imperialista, que o consagraria como intérprete das aspirações nacionais do povo brasileiro (Bandeira, 1979, p. 62-3).

Essa noção de processo espoliativo, levou Brizola a atuar na conjuntura conturbada dos anos 1960 como um relevante ponto de oposição aos interesses dos EUA no país. Se como governador ele nacionalizou empresas estrangeiras, como deputado federal pela Guanabara ele denunciou a atuação norte-americana na desestabilização do governo Jango e mobilizou suas bases para o enfrentamento de qualquer reação golpista. Surgem então os Comandos Nacionalistas e Grupos de 11 Companheiros, responsáveis por colocar o projeto nacional-desenvolvimentista à esquerda do Getulismo e Janguismo através de um duplo movimento em que ele criticava duramente o “imperialismo dos Estados Unidos sobre os povos latino-americanos; e a exploração de classe dos grupos empresariais nacionais associados aos estrangeiros imperialistas sobre os trabalhadores” (Ferreira, 2016, p. 43).

Dessa forma é possível perceber, diante da análise proposta, a presença das características gerais do projeto nacional-desenvolvimentista em suas principais lideranças e no seu partido político. Tal exercício torna possível refletirmos sobre esse projeto, sua relevância e atuação na conjuntura dos anos 1930 a 1960 e sua consequente vinculação ideológica e política ao que

denomino como esquerdas brasileiras.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em termos de contribuição científica, o presente artigo discutiu a necessidade de tratar a esquerda brasileira no plural. Junto a anarquistas e comunistas, os trabalhistas analisados compõem o que pode ser chamado de esquerdas, contrariando perspectivas que tendem a denominar “esquerda” apenas os marxistas, particularmente os comunistas. Por tal razão, existe uma variedade de monografias, dissertações e teses sobre a tradição comunista com detalhadas e qualificadas obras coletivas como *A História do Marxismo no Brasil*, publicada em seis volumes pela Editora da UNICAMP. No tocante à escassez de estudos sobre a tradição trabalhista, reforçando a relevância do presente estudo, Reis argumenta que:

Comunistas e socialistas, mais os primeiros que os segundos, têm sido também estudados. Contudo, há uma tendência importante, a meu ver, subvalorizada, refiro-me à tradição que chamei de nacional-desenvolvimentista. No contexto dos embates políticos, foi então denominada, tanto pelos anarquistas como pelos comunistas, como tradição amarela. Um termo pejorativo, desqualificador. As lideranças e os trabalhadores a ela associados aparecem como apêndices do Estado, a este vendidas (Reis, 2007, p. 91).

Ao tratar os trabalhistas dentro das esquerdas brasileiras, disputou um passado esquecido dentro de um arcabouço teórico que limita esse campo político ao anarquismo e variações do marxismo. Apesar de não se configurar como anarquista ou marxista, os trabalhistas do PTB propuseram um projeto de transformação social, protegendo o trabalhador brasileiro da exploração capitalista e buscando garantir a soberania do Brasil dentro de uma divisão internacional do trabalho. Com contradições típicas do processo histórico, os trabalhistas defenderam um projeto político delineado, orgânico, atuante e com isso não podem ser limitados a meros manipuladores das massas.

Diante disso, discuti na primeira parte do artigo como o conceito de Populismo obscureceu uma análise do projeto nacional-desenvolvimentista. Dei certa ênfase, inclusive, às reflexões produzidas por Weffort. E após introduzir a tradição trabalhista historicamente, pontuei algumas utilizações do conceito de Populismo e como sua prática limitou o fenômeno a mera manipulação das massas esvaziado de um projeto político. Já na segunda parte, trouxe a prática do projeto nacional-desenvolvimentista com base na atuação do PTB e de seus líderes. Dessas lideranças, a análise se limitou a Vargas, Jango e Brizola por conta da representatividade que essas figuras

exerceram sobre os trabalhistas dos anos 1930 a 1960.

As características gerais desse projeto, foram o nacionalismo, estatismo, reformismo e anti-imperialismo. Dentro dos limites de um artigo, pontuei como esses aspectos estiveram presentes na atuação política dos trabalhistas. Ademais, espero que a reflexão deste artigo possa contribuir com uma nova reflexão sobre as esquerdas brasileiras, disputando um passado de quem até o golpe civil-militar de 1964 hegemonizou esse campo político. Também espero que outras pesquisas possam ser realizadas com o mesmo objetivo, enriquecendo um campo político a ser tratado no plural.

## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, R. P.; ALONSO, R. A. M. As relações entre Estados Unidos e América Latina (1889-1930): da Primeira Conferência Pan-Americana ao anti-imperialismo latino-americano. In: *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, [S. l.], n. 25, p. 135-160, jul./dez., 2018.
- BAMBIRRA, V. *O Capitalismo Dependente Latino-americano*. 4. ed. Florianópolis: Insular, 2019.
- BANDEIRA, M. *Brizola e o Trabalhismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- BANDEIRA, M. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil 1961-1964*. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.
- BANDEIRA, M. *Trabalhismo e Socialismo no Brasil: a Internacional Socialista e a América Latina*. São Paulo: Global, 1985.
- BANDEIRA, M. *Brasil-Estados Unidos: a rivalidade emergente (1950-1988)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- BARROS, O. Os intelectuais de esquerda e o ministério Lindolfo Collor. In: FERREIRA, J; REIS, D. A. (Org's). *A formação das tradições: (1889-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 297-330.
- BASTOS, G. C. M. *Ordem e justiça social: a Igreja Católica e o projeto de reforma agrária do governo João Goulart (1961-1964)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2008.
- BASTOS, P. P. Z.; FONSECA, P. C. D. (Orgs.). *A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade*. São Paulo: Editora UNESP, 2012.
- BATALHA, C H. M. *O Movimento Operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

- BATISTELLA, A. Um conceito em reflexão: o populismo e a sua operacionalidade. In: *Revista Latino-Americana de História*, São Leopoldo, v. 1, n. 3, p. 468-484, mar., 2012.
- BATISTELLA, A. O trabalhismo Getulista-reformista do antigo PTB e o “novo trabalhismo” do PDT: continuidades e descontinuidades. In: *AEDOS*, Porto Alegre, v. 5, n. 12, jan./jul., 2013.
- BATISTELLA, A. Reflexões acerca do conceito de populismo: da teoria clássica às contribuições de Ernesto Laclau. In: *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 12, n. 29, jan./abr., 2020.
- BODEA, M. *Trabalhismo e Populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora UFRS, 1992.
- BOSI, A. *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- CHACON, V. *História das ideias socialistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.
- COSTA, Hélio da. Trabalhadores, sindicatos e suas lutas em São Paulo (1943-1953). In: FORTES, Alexandre; NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira da; COSTA, Hélio da; FONTES, Paulo (orgs.). *Na luta por direitos: estudos recentes em história social do trabalho*. Campinas: Unicamp, 1999.
- COSTA, I. C. G. O PDT e o socialismo trabalhista: entre antigas e novas tradições. In: *Veredas da História*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, jan./jul., 2011.
- DEBERT, G. G. *Ideologia e populismo*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.
- DELGADO, L. A. N. *PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. São Paulo: LTr, 2011.
- FERREIRA, J. *Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1997.
- FERREIRA, J. *O Imaginário Trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular (1945- 1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- FERREIRA, J. *João Goulart: uma biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- FERREIRA, J. Nacionalismo, democracia e reformas: as ideias políticas de Leonel Brizola (1961-1964). In: FREIRE, Américo.; FERREIRA, Jorge. (Org's.). *A Razão Indignada: Leonel Brizola em dois tempos (1961-1964 e 1979-2004)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- FERREIRA, J.; REIS, D. A. (Org's). *A formação das tradições: 1889-1945*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007a.
- FERREIRA, J.; REIS, D. A. (Org's). *Nacionalismo e reformismo radical: 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007b.
- FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. 2º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007c.
- FERREIRA, M. A. Populismo e Democracia em Francisco Weffort. In: *Conversas &*

*Controvérsias*, Porto Alegre, v. 6, n. 1, jan./jun., 2019.

FONSECA, P. C. D. Do progresso ao desenvolvimento: Vargas na Primeira República. In: *A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade*. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

FRENCH, J. D. *O ABC dos operários: conflitos e alianças de classe em São Paulo (1900-1950)*. São Paulo: Hucitec, 1995.

GOMES, A. M. C. Populismo e ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In J. Ferreira (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. p. 17-57, 4. ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2001.

GOMES, A. M. C. *A Invenção do Trabalhismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

GOMES, A. M. C. *Burguesia e Trabalho: política e legislação social no Brasil (1917-1937)*. 2. ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014a.

GOMES, A. M. C. O Estado Novo e o debate sobre populismo no Brasil. In: *Sinais Sociais*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 25, p. 9-37, mai/ago., 2014b.

GOMES, A. M. C.; D'ARAÚJO, M. C. *Getulismo e Trabalhismo*. Salvador: Saga, 2021.

IANNI, O. *O Colapso do Populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

KONDER, L. *História das ideias socialistas no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

LAUERHASS, L. *Getúlio Vargas e o Triunfo do Nacionalismo Brasileiro: estudo do advento da geração nacionalista de 1930*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1986.

MACEDO, M. R. de. *O movimento queremista e a democratização de 1945: trabalhadores na luta por direitos*. Rio de Janeiro: 7letras, 2013.

MARINI, R. M. *Subdesenvolvimento e revolução*. 6. ed. Florianópolis: Insular, 2017.

MATTOS, M. B. Em busca da revolução socialista: a trajetória da POLOP (1961-1967). In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo. *História do Marxismo no Brasil: partidos e organizações dos anos 1920 aos 1960*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

MAUSS, M. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

PRESTES, A. L. *Luiz Carlos Prestes: o combate por um partido revolucionário (1958-1990)*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

REIS, D. A. Estado e Trabalhadores: o populismo em questão. In: *Locus: revista de história*, [S.l.], v. 13, n. 2, p. 87-108., 2007.

MENDONÇA, J. M. N. Evaristo de Moraes – militância política na história da vida. In: FERREIRA, J; REIS, D. A. (Org's). *A formação das tradições: (1889-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 199-222.

RIBEIRO, J. A. *A Era Vargas. Volume 1: 1882-1950: o primeiro governo Vargas*. Rio de Janeiro, Casa Jorge, 2001a.

RIBEIRO, J. A. *A Era Vargas. Volume 2: 1950-1954: o segundo governo Vargas*. Rio de Janeiro, Casa Jorge, 2001b.

SOUZA, N. A.; CAMPOS, R. M. (Orgs.). *O Pensamento Nacional-Desenvolvimentista*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2021.

VARGAS, G. *Getúlio Vargas*. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011.

VASCONCELLOS, G. F. *A Jangada do Sul: Getúlio, Jango e Brizola*. São Paulo: Editora Casa Amarela, 2005.

WEFFORT, F. Estado e massas no Brasil. In: *Revista Civilização Brasileira*, São Paulo, v. 1, n. 7, p. 137-158., 1966.

WEFFORT, F. *O Populismo na Política Brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

ZAIDAN, M. (Org.). *Construindo o PCB: (1922-1924)*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.

### **Licença e Direitos:**

Repositórios e Ciência Aberta, direitos autorais de Itamá Winicius do Nascimento Silva, 2025, licenciado sob [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

